

**Marcus Alexandre Mendes de Andrade**

# **RADIOGRAFIA DO PODER**

**Uma biografia dos ocupantes do  
poder no Brasil  
(Parte V)**

**2020**

*A todos aqueles que, mesmo vivendo num período democrático e republicano, ainda não conseguem ter uma vida cidadã.*

## INTRODUÇÃO

Nesta última parte do estudo Radiografia do Poder, a ideia é apresentar os perfis biográficos dos ocupantes do poder durante a república, desde 1889, quando a monarquia foi derrubada e o grupo republicano assumiu o poder, até os dias atuais.

Talvez esta seja a parte mais difícil do estudo proposto, já que as biografias chegarão até o momento presente. Falar do passado sempre traz certa facilidade, pois geralmente não existe um envolvimento afetivo entre o escritor e a história.

Agora não haverá como se eximir de alguma tendência pessoal. Na verdade, mesmo quando se fala do passado, é sempre uma pessoa concreta que está falando e, por isso, sempre há muito do escritor. No entanto, falar de eventos atuais, dos quais o escritor fez e faz parte, isso se reveste de um desafio muito maior.

No entanto, a história precisa ser contada e, mais do que isso, precisa ser significada. Este é o objetivo proposto nesta última parte de Radiografia do Poder. Encontrar os personagens que se assentaram, não mais no trono, mas na cadeira presidencial e, do Rio de Janeiro ou de Brasília, comandaram toda a nação.

No primeiro capítulo, dedicado à República Velha, o leitor encontrará principalmente os presidentes que, a partir de uma aliança entre Minas e São Paulo, governaram o Brasil em vista da manutenção da agricultura cafeeira.

No segundo capítulo, o principal personagem será Getúlio Vargas, que governou entre 1930 e 1945 e depois ainda voltou em 1951 para o Palácio do Catete. O leitor poderá compreender o fim da República do Café com Leite, a instauração do Estado Novo e sua derrocada alguns anos depois.

No terceiro capítulo, que poderia ser chamado de “Entre ditaduras”, o leitor encontrará os presidentes que sucederam Getúlio e tiveram que lidar com um Brasil dividido, entre aqueles que tinham tendência mais conservadora e aqueles que começavam a se aproximar das ideias socialistas.

Em seguida, no quinto capítulo, aparecerão os presidentes militares, aqueles que, com a desculpa de livrar o Brasil da “peste do comunismo”, dobraram-se ao poder estadunidense e, aqui como em vários países da América do Sul, aplicaram um regime de exceção.

Por fim, a Nova República, iniciada em 1985, com todos os percalços de sua trajetória, até chegar aos dias de hoje.

Ao leitor, o desejo mais sincero de uma boa leitura e que possa, com toda atenção possível, perceber as nuances mais fortes da vida republicana brasileira. Certamente, o leitor perceberá que há, nos dias de hoje, muito pouco de novidade. A história política, talvez mais cíclica do que a história geral, traz para a atualidade fenômenos e perspectivas de outros tempos, apenas revestidos de modernidade.

Cabe aos cidadãos do presente conseguir corresponder os desafios de seu tempo e não repetir os erros de outrora!

**PARTE V**  
**PODEROSOS NA REPÚBLICA**  
**BRASILEIRA**

## CAPÍTULO XII

### PODEROSOS NA REPÚBLICA BRASILEIRA: REPÚBLICA VELHA



A primeira fase da república do Brasil é chamada de República Velha e vai de 1889, quando houve a mudança de regime político, até 1930, quando Getúlio Vargas (1882-1954) tomou o poder.

Esta fase pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, a República da Espada, de 1889 a 1894, quando o governo esteve nas mãos de militares; o segundo, de 1894 a 1930, a República do Café com Leite, devido ao predomínio de políticos paulistas e mineiros.

**12.1. Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892): presidente provisório de 15 de novembro de 1889 a 25 de fevereiro de 1891 e presidente eleito de 25 de fevereiro a 23 de novembro de 1891.**



Manuel Deodoro da Fonseca nasceu em Alagoas, na primeira capital da província, cidade esta que hoje leva seu nome. Era filho de um militar, que fora vereador da cidade. Seu pai e sua mãe tiveram oito filhos e todos entraram para o Exército.

Deodoro, em 1843, iniciou sua carreira militar no Rio de Janeiro e, em 1847, terminou seu curso de artilharia. No ano seguinte, foi para Pernambuco e lá, em 1849, ajudou a debelar a Revolução Praieira. Em 1852, retornou para a corte, agora com a patente de segundo tenente. Quatro anos depois, voltou para Pernambuco e foi promovido a capitão. Em seguida, foi servir na Província de Mato Grosso.

Quando estourou a Guerra do Paraguai, em 1864, Deodoro seguiu para a região do rio da Prata, lutando bravamente no Uruguai e no próprio Paraguai. Com o final da guerra, foi promovido a coronel, retornando para o Rio de Janeiro como verdadeiro herói, assim como muitos outros militares.

Como houve uma intensa participação de escravos durante a Guerra, os militares acabaram muito sensibilizados com a causa da abolição e passaram a defendê-la, ao mesmo tempo em que deixaram de perseguir escravos fugitivos. Com isso, os militares foram se aproximando dos abolicionistas e, conseqüentemente, das ideias republicanas.

Em 1873, Deodoro tornou-se brigadeiro e, em 1884, marechal de campo. No ano seguinte, foi nomeado vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul e, em 1886, assumiu como presidente, devido à partida do primeiro titular para a corte. “O objetivo [do império] era transformar Deodoro em um grande conservador e esteio militar do regime” (FRAZÃO, 2020a).

Em meio a tantos movimentos republicanos, muitos dos quais geraram várias revoltas Brasil afora, Deodoro também entrou neste processo. No entanto, optou por um movimento partidário que tivesse como escopo a não-violência. Com este ideal, acabou sendo presidente do Partido Revolucionário Evolucionista, formado por militares e pela elite cafeeira do oeste paulista.

Na verdade, estes dois grupos, os militares e os barões do café, foram os responsáveis pela queda da monarquia. Por um lado, os militares, que cresceram em autoestima e no reconhecimento popular depois da Guerra do Paraguai, sentiam-se menosprezados e desvalorizados pela monarquia. Por outro, os cafeicultores queriam melhores condições de enriquecimento e de expansão de seus negócios, o que nem sempre era favorecido pelo governo. Ademais, queriam participar mais ativamente dos rumos do país, já que grande parte da riqueza nacional estava concentrada em suas mãos.

Com efeito, no dia 14 de novembro, os republicanos espalharam o boato que Deodoro seria preso pelo governo imperial, acusado de estar tramando a queda da monarquia e a implantação da república. Isso fez com que os planos mudassem. Na verdade, como haveria renovação do Parlamento no dia 20, a ideia era proclamar a república neste dia. Mas, com o boato que correu, os planos foram antecipados.

Na noite de 14 para 15 de novembro, houve toda uma movimentação entre os militares e, no alvorecer do dia 15, sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, a república foi proclamada. Ou, pelo menos, neste primeiro momento, foi demitido o Gabinete imperial e derrubada a monarquia como ela estava estabelecida no Brasil. No decorrer do dia e entre as muitas discussões que estavam sendo travadas sobre o futuro do país, os republicanos provocaram Deodoro a respeito de disputas políticas com desafetos seus de algum tempo atrás, e ele, definitivamente, proclamou a república.

Com isso, Deodoro se tornou o primeiro presidente do Brasil, ainda em regime provisório, até que a Constituição fosse redigida e as eleições estabelecidas.

Apesar de suas relações muito próximas com Dom Pedro II (1825-1891), uma de suas primeiras decisões foi exigir que a família



imperial deixasse o Brasil, e isso imediatamente. No dia 16, mandou um recado para o Imperador – pois não conseguiria encarar o velho amigo nos olhos – e disse que ele e a família deveriam partir em 24 horas. Ademais, ofereceu-lhe uma indenização para que pudesse se estabelecer na Europa. Dom Pedro, que muito amava o Brasil, recusou a oferta e apenas pediu um travesseiro cheio de terra para reclinar sua cabeça quando morresse.

Outra questão que precisava ser estabelecida era o cotidiano do poder e da administração pública. Como o grupo à frente da república não tinha uma única forma de pensar, os conflitos foram inevitáveis. O grupo dos militares, mais dado às ideias positivistas, queria um governo autoritário, no qual as mudanças seriam empuçadas à força. O outro grupo, dos liberais, defendiam uma postura mais federalista e participativa e isso tudo regido por uma Constituição.

Nos primeiros dias do governo provisório, além de organizar toda a administração, desvinculando-a das tradições monárquicas, era preciso criar os novos símbolos pátrios. Assim, estabeleceram a nova bandeira, o brasão de armas e o hino nacional.

No dia 21 de dezembro, a Assembleia Constituinte foi convocada, como os liberais defendiam, para elaborar a primeira Constituição da república. Os trabalhos se estenderam por mais de um ano, até o dia 24 de fevereiro de 1891, quando promulgaram a Carta Magna e, no dia seguinte, elegeram Deodoro da Fonseca como primeiro presidente do Brasil, tendo como seu vice o Marechal Floriano Peixoto (1839-1895).

Esta eleição foi, no mínimo, constrangedora para Deodoro. Ele, o proclamador da república e presidente durante o governo provisório, por muito pouco não perdeu a eleição. Para a presidência, foi eleito por 129 votos, derrotando Prudente de Moraes (1841-1902). E para a vice-presidência, o candidato apoiado

por Deodoro perdeu para Floriano Peixoto, que foi eleito com mais votos do que o próprio Deodoro, 153. Este resultado causou certo desconforto ao presidente e acabou estabelecendo dois grupos na disputa pelo poder.

Durante seu mandato, foi elaborado e entrou em vigor o Código Penal Brasileiro e estabeleceu-se a laicidade do Estado, determinando-se, com isso, o lugar exato da religião católica e como ficaria suas relações com as instâncias de poder. Também houve a naturalização de todos os imigrantes que estavam no Brasil e a destruição de todos os símbolos e instituições que lembravam a monarquia.

Durante seu governo, houve uma profunda crise econômica, conhecida por “Encilhamento”, que afetou profundamente a vida dos brasileiros. Um erro estratégico do ministro da Fazenda levou a uma crise especulativa sem precedentes.

Durante o governo provisório, foi iniciada uma terrível crise econômica que afetou o país ao longo de toda a década de 1890 e ficou conhecida como Encilhamento. Essa crise foi resultado da reforma econômica e bancária promovida pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Nessa reforma, o ministro autorizou bancos privados a emitirem papel-moeda sem lastro. Isso gerou uma crise de especulação financeira gigantesca e resultou em alta inflacionária no país. (BRASILESCOLA, 2020).

Por outro lado, a questão da administração do poder também não estava muito tranquila. De acordo com a Constituição aprovada, os Estados teriam certa autonomia (de acordo com a teoria do federalismo, uma inspiração estadunidense), o que acabou reforçando o poder das oligarquias e dos coronéis, pois o poder passou a ter, de alguma forma, bases locais e regionais.

Além disso, na contramão do liberalismo clássico, tão apregoado pelos constituintes, a lei brasileira não previu direitos